



**COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DE SANTOS
CEVISS**

Decreto nº. 3.765 de 30 de Julho de 2001

1
1 Ata da Assembléia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência
2 Sexual Infanto Juvenil de Santos. Aos onze dias do mês de abril de dois mil e quatorze, às
3 nove horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, sito à Av.Rei Alberto nº
4 119, Ponta da Praia – Santos. Com a palavra a senhora a senhora Maria Aparecida Costa
5 inicia a reunião saudando a todos os presentes e coloca em pauta o item um -
6 **Apreciação e deliberação da ata anterior**; Nesse momento, procede a leitura da ata de
7 março, no qual a colaboradora Luci Freitas solicita que seja inserido no item dois –
8 Apresentação dos dados das oficinas de Capacitação dos Fluxos de Atendimento das
9 Vítimas de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que as oficinas foram
10 patrocinadas com recursos do Fundo Municipal Municipal dos Direitos da Criança e do
11 Adolescente – FMDCA, em obediência a Resolução Normativa nº 103/2006 – CMDCA,
12 sugestão aprovada por todos. Com anuência de todos a ata foi aprovada. Prossegue com
13 o item dois da pauta - **Apresentação do Projeto Reconstrução - CEJUSC SV**; Sra.
14 Zânia Maria P. Formiga do Centro Judiciário de Solução de Conflitos da Família de São
15 Vicente, apresenta o projeto, explicando que de acordo com a Resolução nº 20, de 2010
16 do Conselho Nacional de Justiça, que determinou aos Tribunais, núcleos de soluções de
17 conflitos, que devem promover ações de incentivo a pratica da mediação de conflitos que
18 tem como finalidade a utilização da “mediação” como instrumento para evitar que o
19 problema se torne ainda maior e vire um processo na justiça. Isso colabora para uma
20 cultura que cresce a de NÃO JUDICIALIZAÇÃO, ou seja, é dada prioridade ao diálogo,
21 para que possa ser construída uma saída em vez de transformar qualquer conflito em
22 ação judicial. Refere que em São Vicente a juíza Dra. Vanessa Aufuero da Rocha, foi a
23 responsável pela implantação do CEJUSC, que buscou parceria com a Prefeitura,
24 responsável pelo aluguel do imóvel e outros órgãos que colaboraram com a estrutura do
25 local, visto que o Tribunal não custeia a instalação. Refere sobre a importância da
26 capacitação dos profissionais que trabalham com a mediação e conciliação, que são
27 outras formas do exercício da justiça. Explica que os pedidos de separação judicial,
28 guarda e regulamentação de visitas, são encaminhados antes para o CEJUSC, em média
29 são enviados de 04 (quatro) a 06 (seis) casos por semana. Na fase pré-processual as
30 pessoas ficam mais disponíveis para as lides. Formaram uma Oficina de Pais, que
31 trabalha por exemplo, com aqueles pais que se atrasam para buscar os filhos nos dias de
32 visitas, a fim de esclarecer o quanto é prejudicial que briguem na frente dos filhos acerca
33 do fato.O objetivo do projeto é comunicar o sentimento de cada um sem agressividade.
34 Trabalham, também, com questões relacionadas a violência de gênero na perspectiva da
35 desconstrução dessa relação de violência, por meio de novas técnicas com projeto
36 diferentes para tornar as relações mais viáveis, sem agressão, deixando o sentimento de
37 raiva.Vários projetos são desenvolvidos pelo centro, a saber: **Projeto com as Vítimas de**
38 **Violências**, desenvolvido pela psicóloga Zânia que tem a missão de despertar nas
39 pessoas o olhar sobre as violências, **Projeto Reconstruir**, desenvolvido pela Dra.
40 Vanessa que trabalha com a equipe formada pelas profissionais: Cristina P. Moreira
41 Cotrim, perita judicial e os psicólogos Fernando de Oliveira e Zania Formiga. Executam
42 ainda em parceria com o Tribunal de Justiça atendimento para criança, adolescente e
43 famílias que se relacionam no contexto da violência, cujo objetivo é contribuir para
44 reconstruir o contexto familiar, pois uma das coisas que acontecem com frequência é a
45 inversão dos papéis, ao que contribui para o desequilíbrio da família, os próprios pais não
46 sabem qual o papel de cada um dentro contexto familiar. O objetivo é ensinar para eles



**COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DE SANTOS
CEVISS**

Decreto nº. 3.765 de 30 de Julho de 2001

2
47 como exercer seu papel com competência. Dentro da esfera da violência,
48 simultaneamente, quando se atende a criança vítima, se atende o restante da família,
49 ainda não chegaram ao tratamento do agressor, pois nesse momento, a inclusão do
50 agressor, não é o objetivo do programa. A criança/adolescente é atendida no mesmo
51 horário da família, a fim de evitar idas e vindas. Para ajudar na execução do programa
52 fizeram parcerias com universidades e oferecem estágio para os quintanista do curso de
53 psicologia. O objetivo específico do programa se baseia na visão de como está a família
54 atendida, visto que quem deveria proteger, está agredindo, quer seja por meio de
55 violência sexual, abuso e outras. Chegam para o projeto alguns casos que já passaram
56 pelo contexto judicial, quando as famílias chegam estão totalmente destruídas,
57 esfaceladas, totalmente desprovidas de todas as características familiar (nem o que tinha,
58 nem o que se espera). Nesse contexto estão várias famílias independente da classe
59 social. Público alvo do projeto: trabalha exclusivamente com famílias incestuosas,
60 especificamente com o núcleo familiar dessa família e, ainda com pessoas que venham a
61 dar apoio para reconstruir esse núcleo, a fim de que ela siga em frente. Do ponto de vista
62 técnico para ajudar a atender essa demanda, é importante incluir pessoas da família
63 nuclear ou estendida, legalmente constiuídas, que possam oferecer confiança e
64 retaguarda, por essa razão é que dão preferência para ajudar nesse trabalho estagiários
65 do 5º ano, visto estarem mais preparados para aguentar a carga exigida. O resultado
66 pretendido é identificar quais os recursos que o adulto tem para compor com a família,
67 identificando habilidades para traçar a distribuição de responsabilidades daquele contexto
68 familiar. A família vai ter que compor para ajudar nas responsabilidades. Esse projeto é
69 concebido na linha sistêmica, não da para fazer psicanálise no serviço publico. A intenção
70 é ensinar ao adulto, que é ele que tem que saber identificar qual o limite que deve impor
71 aos filhos, cabendo a ele estabelecer quais os limites para formar o cidadão. Refere sobre
72 a importância do co-construir que é ensinar as pessoas a identificar as horas de dizer sim
73 ou não. Percebe-se que as famílias não conversam, não tem trocas de experiências, o
74 importante é que as pessoas aprendam a construir juntas trocas assertivas. Observa-se
75 que as famílias incestogênicas não tem relações comunitárias, vivem fechadas. O desafio
76 é ensiná-los a manter relações comunitárias, ensinando o adulto a cuidar dessa criança e
77 dos outros filhos com liberdade e autonomia vigiada. O que se tem como desdobramento
78 do trabalho sistêmico é identificar o que a família tem de bom ou de melhor para que se
79 possa trabalhar e empoderar os adultos dessa família. Encerrando a palestra, Sra. Zânia
80 agradece a oportunidade se colocando a disposição para outros esclarecimentos.
81 Tomando a palavra a coordenadora agradece as informações que foram trazidas ao
82 Colegiado, por meio da palestra e propõe que seja formulado um encaminhamento de
83 providências que devemos tomar para que comecemos a pensar em formas para a
84 implantação do serviço em nosso município. Nesse momento, a representante da Ordem
85 dos Advogados do Brasil, Dra. Flávia Rios e a conselheira tutelar da Zona Leste, Sra Taís
86 Pereira Aguiar apresentam o seguinte encaminhamento. A partir do conhecimento do
87 projeto Reconstruir, apresentado pela psicóloga Zânia, que atende crianças e
88 adolescentes vítimas de violência sexual no CEJUSC de São Vicente, formar uma
89 comissão ou grupo de estudos para articular com o Diretor do Fórum de Santos e também
90 juiz da 1ª Vara Civil Dr. Leonardo Grego, com vistas a implementação do projeto piloto em
91 Santos. Todos concordam com o encaminhamento, sendo que a articulação será feita
92 durante os próximos dias. Prosseguindo alguns assuntos referentes ao tema abordado na



**COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DE SANTOS
CEVISS**

Decreto nº. 3.765 de 30 de Julho de 2001

3
93 palestra foram discutidos entre os membros da Comissão quanto a necessidade do
94 aperfeiçoamento dos serviços de atendimento dispostos em nosso município e, ainda
95 outros executados por organizações não governamentais, sendo que todos
96 consensuaram a importância do trabalho em rede e da importância da capacitação
97 permanente dos profissionais, as representantes do centro de Referência Especializado –
98 CREAS, Sra. Maria Ligia Kinker e do Projeto Crescer Bem, Ana Paula Baccetti,
99 trouxeram algumas dificuldades sobre a interface do projeto com o serviço. Os presentes
100 fizeram algumas observações sobre os nós apontados, sendo lembrado a todos que esse
101 espaço não seria o ideal para tratar a respeito desse assunto, sendo necessário reunião
102 específica para esse fim. Foi lembrado pela coordenadora sobre a dificuldade que temos
103 de falar sem violência, fazendo um contra ponto sobre o que havia sido apresentado a
104 respeito da importância do diálogo sem violência. Nesse momento a representante do
105 CREAS desabafa se sentir desestimulada a participar da reunião, visto que se sente
106 massacrada com cobranças feitas ao órgão que representa, sendo também
107 imprescindível a participação das políticas que não estão presentes, visto que os
108 problemas trazidos não são exclusivos da Assistência Social. Solicita que seja feita uma
109 reflexão a respeito das ausências dos órgãos e do processo das falas com violência
110 instaurado entre os membros desta Comissão. A coordenadora solicita que todos reflitam
111 a respeito do exposto e enfatiza que as observações trazidas a baila não são de caráter
112 pessoal, mais que a inquietação é grande frente aos problemas apresentados. A Sra.
113 Flávia refere que esse espaço deve ser de acolhida e não de massacre que todos nos
114 devemos fazer essa reflexão para que nos respeitando, sejamos respeitados por todos.
115 Devemos nos sentir acolhidos para podemos falar abertamente. Após vários
116 questionamentos a respeito do serviço de atendimento do CREAS, foi solicitado que seja
117 enviado os seguintes ofícios a Secretaria Municipal de Assistência Social. 1) solicitando
118 informações sobre o número de funcionários que compõem o quadro de recursos
119 humanos do CREAS; 2) relatórios trimestrais elaborados pelo CREAS que apontem o
120 número de atendimentos e acompanhamentos dos casos de violência de abuso e
121 exploração sexual de crianças e adolescentes. Nos dois ofícios devem constar prazo para
122 resposta e não sendo cumprido deve ser representado a Promotoria Pública. Passamos
123 ao item 3 da Pauta - **Discussão sobre os procedimentos para realização do evento**
124 **alusivo ao Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e**
125 **adolescentes;** A coordenadora coloca que anualmente esta Comissão realiza um
126 evento no mês de maio, não sendo necessário essa realização acontecer no dia 18,
127 coloca aos presentes sugestões de dias, sendo decidido o dia 20 de maio das 8h30 às
128 12h, quanto ao local informou que será solicitado a UNISANTOS por meio da
129 Sra. Verônica Teresi. Com referência ao que será apresentado explica a proposta trazida
130 pela Sra. Verônica. A ideia é realizar um evento onde todo o sistema de garantia de
131 direitos participe. Para tal será realizado uma palestra com profissional que está sendo
132 contatado e também será apresentado um Diagnóstico das Capacitações sobre os Fluxos
133 de Atendimento. Todos concordaram com o exposto sendo que os procedimentos serão
134 tomados no decorrer do mês. Item 4 da Pauta - **Eleição da Coordenadora e Secretária**
135 **da CEVISS;** A coordenadora coloca aos presentes se existe algum interessado para a
136 coordenação e secretária da CEVISS. Foram reeleitas para a Gestão 2014/2015 a Sra.
137 Maria Aparecida de Souza Costa, como coordenadora e a Sra. Veronica Maria Teresi,
138 como secretária; Item 5 – Assuntos Gerais; A Sra. Ana Paula Baccetti apresenta o projeto



**COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DE SANTOS
CEVISS**

Decreto nº. 3.765 de 30 de Julho de 2001

4

139

140

141

142

143

144

145

Crescer Bem – Ação 18 de Maio: Dia Nacional de Combate e Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil, que faz parte integrante desta Ata, solicitando que esta Comissão e as entidades governamentais e não governamentais presentes sejam parceiras nessa ação. A Sra. Valéria Gallotti, informa que está aberto o período das pré-conferências do COMAD explica que os interessados devem entrar em contato com esta Casa para receber todas as informações necessárias.

146

Maria Aparecida de S. Costa

Valéria Gallotti

147

Coordenadora

Secretária Ad hoc

147